

COMENTÁRIO

Sobre a educação em Portugal

*Carlos Fiolhais**

Que a educação em Portugal vai mal é a principal conclusão das contribuições dos economistas Luisa Ferreira e Pedro Lima, por um lado, e do matemático Jorge Buescu, por outro.

Já o sabíamos (ou haverá alguém que ainda o não saiba?), mas as presentes contribuições têm a vantagem, que não é menor, de procurar quantificar o problema. Assim, os primeiros apresentam uma comparação internacional dos índices portugueses de educação no quadro dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e o segundo apresenta o resultado de um teste de matemática realizado por estudantes do primeiro ano do Instituto Superior Técnico à entrada para aquela instituição de ensino.

O estudo de Luisa Ferreira e Pedro Lima, na crueza das suas numerosas tabelas e gráficos, diz-nos qual é o nosso lugar no

* Físico, Universidade de Coimbra.

cenário mundial: estamos, infelizmente, longe de nos podermos orgulhar do lugar que temos e o melhor, de facto, é tentar subir, tanto quantitativa como qualitativamente. Apesar do crescimento quantitativo bastante pronunciado verificado nas últimas décadas, todos os índices educativos denotam ainda insuficiências relativamente a médias internacionais. Por exemplo, apenas 35 por cento da população com idades entre os 25 e os 34 anos completou o ensino secundário, quando a maioria dos países da OCDE apresenta mais de 80 por cento. Note-se que se trata da faixa etária mais jovem, não a que poderia resultar de uma «pesada herança», mas a que reflecte uma herança recente. O abandono escolar é um dos espectros mais tenebrosos no nosso panorama educativo e, pior do que a sua continuada verificação, é a não-existência de um programa nacional que o enfrente, nomeadamente pela oferta de alternativas com saídas profissionais!

Por sua vez, os resultados de testes internacionais que indicam o desempenho em vários domínios (literacia, matemática e ciências, etc.) colocam-nos sistematicamente na cauda: tanto faz ser o International Adult Literacy Survey (IALS) como o Third International Mathematics and Science Study (TIMSS) como ainda o Programme of International Student Assessment (PISA). Neste último nem sequer se nota evolução positiva quando se comparam os testes de 2000 com os de 2003, o que significa que os testes não foram vistos como um desafio para melhoria, mas porventura apenas como uma obrigação internacional a cumprir. Curioso é que outros países, que estão bem acima de nós na tabela, prestem mais atenção aos testes PISA do que nós: a Alemanha (conhecida por o «motor» da Europa), por exemplo, ficou em 2000 muito, mas mesmo muito preocupada com a sua posição próxima da média. Houve um verdadeiro debate nacional e nos vários Estados à volta desse assunto. Houve empenho, reformas, investimento. E houve, como não podia deixar de ser, resultados. Tal como nos países da frente (Japão, Coreia do Sul, Suíça, Finlândia) a Alemanha registou progressos no nível de literacia quantitativa demonstrada por alunos de 15 anos nos testes de 2003. Entre nós,

pode-se dizer que houve uma tentativa de desvalorização do PISA e, tirando alguns sobressaltos ocasionais nalguns órgãos de comunicação social, os nossos maus resultados parecem não ser motivo para preocupação. Tudo continua como se viéssemos no «melhor dos mundos»...

Ferreira e Lima chamam-nos a atenção, em particular, para o problema da falta de rendibilidade no sistema. No ano de 2000, a nossa despesa pública com educação, em percentagem do Produto Interno Bruto, estava um pouco acima da média internacional. Quer dizer, parece que gastamos o suficiente, mas não vemos resultados suficientes.

O segundo estudo, de Jorge Buescu, é uma análise interna que, apesar de se restringir a um estudo de caso (os conhecimentos de matemática dos alunos que entram em Matemática), é bem elucidativo. Os alunos não mostram objectivamente ter a preparação suficiente que os ensinos básico e secundário deveriam proporcionar. E isto passa-se numa das melhores escolas de ciências e tecnologia do país, onde os alunos que entram são em geral aqueles que têm as melhores notas nos estudos secundários e nos exames nacionais do 12.º ano... Imagine-se o que não se deve passar noutras escolas superiores, nomeadamente naquelas em que até se consegue (ou conseguia) entrar com notas negativas naqueles exames. E, no entanto, nem no ensino superior nem no ensino secundário se vê muita gente. Buescu está preocupado. O seu estudo chama a atenção para o facto de o ensino básico ter de ser mesmo básico e de o secundário não poder ser secundário!

O diagnóstico está, portanto, feito, pelo menos nas suas linhas gerais. O Manifesto para a Educação da República, assinado em 2002 por cerca de vinte mil cidadãos, ao reconhecer o diagnóstico, punha o dedo na ferida da educação nacional. Ao mesmo tempo que chamava a atenção dos poderes públicos para ela, oferecia a colaboração dos subscritores para o esforço sustentado que é preciso desenvolver neste domínio. De então para cá, pouco se fez... Anunciaram-se umas mezinhas avulsas por este ou por aquele governo, nos casos em que se chegou a tanto... Mas uma verdadeira terapia tarda. Por que

não, perante a realidade das comparações internacionais, tomar como objectivo nacional — isto é tanto do governo como das oposições — colocar Portugal num lugar mais acima num prazo razoável?